



O PROJETO ESPECIAL MULTINACIONAL DE EDUCAÇÃO - MEC/OEA NO OESTE DO PARANÁ: A ESCOLA PÚBLICA EM QUESTÃO

Lidiane MufattoMaciel*

João Carlos da Silva,**

RESUMO

Discute a história da educação na região Oeste do Paraná, examinando os documentos do Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil, Paraguai e Uruguai- MEC/OEA, implementado entre 1975 a 1983. Aborda a pesquisa documental em arquivos como um instrumento fundamental para o estudo da história da educação, relacionamos os aspectos políticos e econômicos em contexto histórico que possibilitam compreender a escola pública. Nos apoiamos em algumas categorias como: capital humano, ideologia e classe social, formuladas em Schultz (1973), Frigotto (1984), Althusser (1998) e Marx (2010). Entendemos que ao estudarmos o Projeto MEC/OEA, analisamos seu contexto histórico, seja ele em nível nacional ou internacional, envolvendo o seu campo de atuação no oeste do Paraná. As relações entre o Brasil e os EUA viabilizaram a educação na perspectiva da modernização das relações capitalistas no país. A escola pública não se limitou à questão escolar em sua especificidade, mas comportou os acontecimentos históricos que estavam a sua volta.

PALAVRAS CHAVE: História da Educação, Projeto MEC/OEA, Educação Pública.

INTRODUÇÃO

Os registros documentais e históricos são elementos fundamentais para o estudo da educação, as fontes levam a percepção de sua organização formal e informal, a legislação, suas mudanças, dificuldades administrativas e demais atividades que regem uma escola. Com isso, buscamos compreender a importância do Projeto MEC/OEA no processo de constituição da Escola Pública na região oeste do Paraná.

Com o resultado da primeira pesquisa realizada, baseada nas fontes escolares e não-escolares, foram encontradas diversas caixas empilhadas em um depósito de materiais na AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) onde estavam



documentos que registram parte importante do desenvolvimento da história da educação na região do Paraná.

Foram identificados documentos do Projeto MEC/OEA (Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil – Paraguai – Uruguai) da ASSOESTE (Associação Educacional do Oeste do Paraná) sendo transferidos para o Arquivo Central da biblioteca do Campus da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) de Cascavel, mediante do termo de responsabilidade.

Neste artigo, abordamos os aspectos econômicos e políticos que para a compreensão da formação da história da escola pública. Em seguida, caracterizamos o Projeto MEC/OEA, e sua implementação na Região Oeste do Paraná, como objeto de reflexão, dialogando com os documentos, seguido dos apontamentos finais.

O TRABALHO NA ORDEM CAPITALISTA

A educação, como resultado da formação histórica da sociedade em que vivemos, muitas vezes seu intuito consiste em disseminar os conhecimentos necessários para o homem tornar-se um indivíduo que participa e vive em sociedade para humanizá-lo.

No interior da sociedade capitalista, os conteúdos em última instância estão voltados para o interesse da burguesia, a rigor, prioriza atingir a quantidade e não a qualidade dos conhecimentos. Para que ocorra o controle entre as lutas de classes temos a mediação do Estado, que regula as relações sociais. O Estado surge a partir das desigualdades de classes, estabelecendo regras e leis à serem instituídas. Althusser, sobre isso discute que:

O Estado é, antes de mais nada, o que os clássicos do marxismo chamaram de *o aparelho de Estado*. Este termo compreende: não somente o aparelho especializado (no sentido estrito), cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, a saber: a política – os tribunais – e as prisões; mas também o exército, que intervém diretamente como força repressiva de apoio em última instância (o proletariado pagou com seu sangue esta experiência) quando a polícia e seus órgãos auxiliares são “ultrapassados pelos



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

acontecimentos”; e, acima deste conjunto, o Chefe de Estado, o Governo e a Administração (ALTHUSSER, 1998, p.62).

As instâncias de poder visam estabelecer a funcionalidade de harmonia entre as classes, normatizando os poderes entre o uso da força e das leis. O papel do Estado, mesmo que para regular os interesses de uma determinada classe, apresenta-se como o resultado da ação dos homens construída por questões econômicas.

A escola pública, na lógica capitalista, nega as necessidades da classe trabalhadora em benefício de um crescimento econômico, conservando os interesses do capital e mantendo a exclusão social. Conforme Marx: “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos, ele tem de lutar pela aquisição do trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade” (2010, p.25).

O instrumento político para consolidar o processo de exploração da força de trabalho assalariada, teve características na concentração de poder e de riqueza. Vejamos o que Marx diz sobre isso:

Com respeito à relação entre trabalhador e capitalista, há ainda que observar que a elevação do salário é mais do que compensada, para o capitalista, pela redução da quantidade de tempo de trabalho, e que a elevação do salário e o aumento do juro do capital atuam sobre o preço das mercadorias como juro simples e composto (MARX, 2010, p.28).

A escola, grosso modo, acaba reproduzindo a lógica da produção, realizando competições e incentivos para melhorar e aumentar a produtividade do trabalhador. Podemos ressaltar a presença ideológica na educação, onde sua atuação está diretamente ligada ao sistema capitalista, mas podendo ser também para uma possível instrumentalização da transformação social.

Os investimentos educacionais atendem as intencionalidades do mercado com o discurso de que é em benefício do desenvolvimento do país. Neste sentido, para que estas atividades se efetivem, é preciso que se interfira no processo educacional, para atingir o maior número de pessoas, submetendo assim a educação às necessidades da produção.



Discutindo sobre esses aspectos no contexto da educação brasileira, Maria Luisa Santos Ribeiro traz:

A chamada insuficiência de recursos financeiros para satisfazer as necessidades relativas ao atendimento adequado da população em idade escolar e daquela que em idade escolar não foi atendida *não decorre fundamentalmente da amplitude de tais necessidades e sim de uma estrutura econômica construída para produzir a concentração de tais recursos em mãos de minorias internas e, acima de tudo, externas à sociedade brasileira (burguesia monopolista)* (RIBEIRO, 2003, p.200-201).

No período da ditadura militar (1964-1985) grupos privados estavam cada vez mais se expandindo e obtendo um maior acúmulo de capital, tornando a escola e a universidade em aparelhos de hegemonia do regime, adequando o sistema de ensino aos interesses da produção industrial.

Quando nos referimos à ideologia relacionamos à ideologia do desenvolvimentismo, onde o Brasil passou por forte período de investimento industrial. Ao enfatizar o ideário de nacionalismo, o Estado teria que realizar a tarefa de promover e incentivar o desenvolvimento no país para que se eliminasse a ideia de que se encontrava economicamente atrasado. A partir de 1964o Brasil entrava no período do governo militar da economia embasada na indústria e dependente do capital estrangeiro. “O povo vai mal, mas a economia brasileira vai bem”, contexto típico da época, com altas taxas de concentração da renda e de controle dos movimentos sociais (HILSDORF, 2007).

Neste cenário a escola teve que se adequar às necessidades econômicas que estavam se delineando. Sendo um meio incentivador aos trabalhadores, o desenvolvimentismo traria a liberdade e o falso discurso de desalienação, assim as escolas passaram ter o perfil do ensino técnico profissionalizante. Podemos afirma assim, que a escola é uma instituição contraditória, sendo o aparelho ideológico do Estado onde transmite a ideologia hegemônica, mas também trabalha os conhecimentos científicos:



Mesmo que aparentando, a escola é apresentada para a classe trabalhadora como uma das suas únicas opções de sobrevivência na sociedade, contraditoriamente ela no domínio da classe burguesa, dissemina o seu ideário de mundo, isto é, cumpre sua função social, ao mesmo tempo em que molda para as funções do mercado de trabalho. Propõe que o processo de educação escolar um investimento que redunde em maior para que o desenvolvimento pessoal e social. Ainda que aconteça os investimentos educacionais que possa aprimorar as habilidades e os conhecimentos julgados necessários para tal desenvolvimento pessoal e social, ter o acesso à estes conteúdos não significa necessariamente acesso à cultura¹³.

Com relação ao trabalho e às necessidades sociais, podemos discutir a função da escola na vida. A criança, antes, uma criança trabalhadora na fábrica foi com o tempo conquistando o seu espaço escolar, que junto com os filhos dos burgueses passaram também a frequentar a escola.

Alves nos ajuda a esclarecer esta questão:

A força de trabalho, ao ser produzida historicamente, implicou não só a expropriação do trabalhador dos meios de produção, mas também, a expropriação de seu saber associado a uma atividade artesanal e, mais tarde, manufatureira. A expropriação desse saber se realizou sob forma de especialização profissional. Com a emergência da fábrica moderna, quando o trabalhador não mais dispunha de meios de produção e habilidades especiais para realizar uma atividade qualquer, tornou-se força de trabalho (ALVES, 2001, p.154).

A educação voltada para a especialização do homem para o trabalho limita-se em conhecimentos específicos para as condições devidas na fábrica. Dessa forma o trabalhador não pode ser excluído da escola ainda que seja para adquirir um conteúdo superficial, pois deve buscar o conhecimento que lhe foi assegurado pela burguesia para ter as condições mínimas em realizar seu trabalho específico e simplificado.

¹³Nos referimos aqui no sentido de conhecimento erudito, sendo um dos que complementam para a evolução intelectual da sociedade. Geralmente está mais ligada à elite e de difícil acesso a classe trabalhadora, pois implica uma elaboração maior que se origina da compreensão do conhecimento científico, de literaturas e estudos em geral. As artes estão ligadas à isto, tendo em vista museus, críticos da arte, grandes exposições e em alguns casos propostas revolucionárias.



Analisando essa questão nos apropriamos da teoria do capital humano, ao colocar as aptidões humanas como um meio de sobrevivência do capital, envolvendo questões do trabalho. Quando nos referimos em trabalho relacionamos este com o modo de produção capitalista, neste sentido seguimos com o trabalho tratado como uma mercadoria.

A partir desta reflexão, ressaltamos que o capital não sobrevive sem a exploração do trabalho, com o sistema de subordinação é que se busca ligar meios das práticas humanas. Estas premissas colocam a educação, como um dos suportes para favorecer o crescimento econômico.

EDUCAÇÃO E CAPITAL HUMANO

Ao referirmos sobre a educação, queremos com isso relacionar com a teoria do capital humano. Para que o capital se conserve, a educação tem a função de aprimorar os conhecimentos do trabalhador rumo ao desenvolvimento econômico. Uma abordagem da educação na sociedade capitalista é que presenciamos um campo de conflitos hegemônicos, que por sua vez dão possibilidades para a burguesia permanecer uma classe dominante.

Para a burguesia o que interessa é a mercadoria como um elemento do processo produtivo para a valorização do capital. Assim, o valor de uso fornecido pelo trabalho resultará em seu valor de troca.

Segundo Arapiraca:

Diante disso, fica também contestada como falaciosa a própria noção de capital-humano. Por este conceito, pretende-se, por extensão, incluir as habilidades humanas como uma forma de existência do capital, do ponto de vista de que todo indivíduo é capitalista “pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico” (ARAPIRACA, 1979, p.3).



É necessário, pois, analisar as intencionalidades econômicas a partir da teoria do capital humano para que possamos ter um melhor entendimento, sobre o papel da educação.

No embate entre o entendimento de capital e a teoria do capital humano é válido trazer a definição de Marx, em que o capital além de ser explicado pelo modo de produção onde as relações postas com o trabalho assalariado produzem o lucro e a apropriação sobre o trabalho, também são colocadas as questões de poder.

Marx define que:

O capital é, portanto, o *poder de governo* (Regierungsgewalt) sobre o trabalho e seus produtos. O capitalista possui esse poder, não por causa de suas qualidades pessoais ou humanas, mas na medida em que ele é *proprietário* do capital. O *poder de comprar* (KaufendeGewalt) do seu capital, a que nada pode se opor, é seu poder (MARX, 2010, p.40).

Supondo que o homem por meio da educação desenvolve suas habilidades e se instrui, conseqüentemente sua produtividade torna-se mais eficiente. Para o capital esses investimentos refletem no crescimento econômico, sendo o tamanho da força de trabalho, afastando-se de ser uma mercadoria simples pela especialização adquirida.

Schultz (1973), considera que nem todos os investimentos no capital humano se destinam apenas aos futuros rendimentos. Nem sempre são refletidos os resultados das práticas educacionais nos lucros de capitais, dado que em alguns casos se procura cada vez mais o saber e que aquele que lhe é ofertado não lhe é suficiente para que futuramente se reflita em bens financeiros de consumo.

A educação mesmo que favorecendo um ensino deformado, é viável para o capital na perspectiva de preparar as habilidades para melhorar o atendimento às necessidades da produção. Ao mesmo tempo seu conteúdo encontra-se esvaziada de criticidade. Frigotto assim demonstra:

A teoria do capital humano, fundada nos supostos neoclássicos – apologia da sociedade burguesa – para manter-se terá de ser circular; ou seja, em vez de ser a teoria instrumento de elevação do senso comum à



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

consciência crítica, será uma forma de preservar aquilo que é mistificador deste senso comum (FRIGOTTO, 1984, p.53-54).

O trabalho no interior da sociedade capitalista vem demonstrando que é à base da produção do capital, quanto mais se produz e se acumula trabalho mais se divide as funções, afastando os proletários entre eles mesmos. É com a divisão de funções que se garante a ordem capitalista, mostrando a posição da educação em reproduzir os interesses da burguesia.

Tais aspectos estão diretamente relacionados com o funcionamento da educação. Schultz esclarece que:

Embora a Educação seja em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfação às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo (SCHULTZ, 1973, p.79).

Com este embasamento sobre a educação como desenvolvimento econômico, podemos considerar a ideologia do desenvolvimentismo onde o trabalho alienado se passa despercebido. É neste prisma que entrelaçamos os objetivos de ordem capitalista com projetos das agências multilaterais entre eles, o Projeto MEC/OEA. A OEA - Organização dos Estados Americanos, que estabelece e delinea um modelo educacional para ser efetuado nestes países, como meio de atingir um espaço educacional que dará condições para facilitar a expansão.

Assim, a educação é vinculada à política econômica submetida à se adaptar ao sistema para produzir o proletário “capacitado” para o processo produtivo.

Neste sentido, Mézários diz que:

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais



e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2008, p.25).

Vale recuperarmos uma discussão anterior em que nos referimos ao período da ditadura militar, no qual o Brasil iniciava fortemente um desencadeamento de investimentos para o progresso industrial.

Podemos chamar de nacional-desenvolvimentismo, a lógica marcada para o desenvolvimento econômico, como uma justificativa para promover o crescimento da sociedade. Com isso, gerou um processo inverso à função da escola pública, pondo o ensino perante as vontades do mercado. Enquanto acontecia o progresso para a expansão da industrialização no país, o ensino público prosseguia com seus fundamentos educacionais do pensamento capitalista.

No âmbito educacional é que se estabelece a tarefa em reduzir a pobreza e aparentemente as desigualdades sociais, decorrente da ideologia desenvolvimentista, responsabilizando a aquisição do saber no sucesso ou no fracasso da classe proletária.

Frigotto assim destaca o papel da teoria do desenvolvimentismo:

As teorias de desenvolvimento ou desenvolvimentismo, neste caso, vêm a desempenhar uma dupla mediação produtiva para os interesses do capital monopolista. Primeiramente evadem os reais fundamentos do processo de acumulação, concentração e centralização, e da crise do capital – situando a crise não no modo da organização da produção capitalista, no conflito capital-trabalho, mas em aspectos circunstanciais; e, em segundo lugar, viabilizam e legitimam as medidas de recomposição, porém não de superação, das crises do sistema capitalista em sua fase imperialista atual (FRIGOTTO, 1984, p.120).

Com essas premissas, as atividades do Projeto MEC/OEA, desenvolvidas no Oeste do Paraná, expressavam as intencionalidades de domínio das instâncias de poder. Neste período, também devemos lembrar dos conflitos internacionais. Foi no período de 1945-1989 que o embate ideológico entre os Estados Unidos e a União Soviética, denominada de Guerra Fria, apresentava repressão e intimações de destruição pela luta de desigualdades culturais e econômicas.



Em torno dos dois grandes blocos, existiam métodos políticos e concepções de mundo divergentes: os Estados Unidos marcados pelo capitalismo e a União Soviética em defesa do socialismo. Desta maneira, ambos lutavam pelo domínio territorial e pela hegemonia, esta influência que por sua vez mostrava-se fundamental para garantir e aumentar os antagonismos entre as nações.

Com estas estratégias internacionais que atuação econômica marcou o desenvolvimento nacional. Garantindo a harmonia social, a atuação em investimentos educacionais que visavam combater de maneira geral o analfabetismo e a exclusão social. Assim, reafirma os investimentos para a qualificação profissional em busca do progresso industrial e a ascensão do Brasil.

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO MEC/OEA

A implantação do projeto MEC/OEA¹⁴ no Brasil foi entre 1975 à 1983, com a proposta de coordenar juntamente com os governos dos três países membros: Brasil, Paraguai e Uruguai, na intencionalidade de ampliar a infraestrutura educacional e oferecer um suporte em resolver as dificuldades que fossem aparecendo conforme as necessidades socioeconômicas e culturais.

Sua meta era apoiar e promover o desenvolvimento da educação, proporcionando também um material didático mais adequado com as características da sociedade regional. Com uma característica principal de atuação benéfica, principalmente por proporcionar a qualificação dos recursos humanos que atuam na alfabetização e nas primeiras séries do primeiro grau do ensino municipal¹⁵.

¹⁴ O projeto MEC/OEA iniciou-se no Uruguai, na cidade de Punta Del Este, onde chefes dos Estados Americanos se reuniram no dia 14 de abril de 1967 para realizar uma declaração, sendo esta com o reconhecimento da anterioridade da educação na política de desenvolvimento das Nações Latino – Americanas.

¹⁵ Para que isso acontecesse, o projeto se estruturou em seis subprojetos: Subprojeto 01 – Coordenação administrativa interna e orientação técnica do projeto; Subprojeto 02 – Estudos e pesquisas; Subprojeto 03 – Habilitação e aperfeiçoamento de pessoal para a educação; Subprojeto 04 – Capacitação e aperfeiçoamento profissional; Subprojeto 05 – Assistência a Instituições e Programas Educacionais e o Subprojeto 06 – Publicações.



No que concerne à metodologia de trabalho, o Projeto, nos três países, se desenvolveu de forma descentralizada, valendo-se da infra – estrutura das Universidades, Escolas e Associações, e utilizando os recursos existentes ou potenciais das regiões onde atua, através de atividades de pesquisa, planejamento, cursos – programas, experimentação, assistência a órgãos, programas educativos, seminários, reuniões técnicas, missões de estudo, produção de protótipos de material didático promovendo a geração, multiplicação e intercâmbio de experiências educativas (MEC/OEA, 1983, p.08).

Na década de 70, o Brasil estava com um déficit na educação, necessitando de ações emergenciais para combater as elevadas taxas na demanda por escolas. A escolha da região Oeste do Paraná em específico para a implantação do projeto MEC/OEA, se justificou mediante os impactos produzidos em razão da construção da hidrelétrica de Itaipu, inaugurada em 1984.

Pelos diagnósticos e levantamentos realizados, constataram que ocasionaram consequências diversas na economia e no campo social dos municípios ao redor, com este aspecto que o projeto se introduziu para atuar no sentido de minimizar a desestabilidade ocorrida, fazendo uso da infraestrutura educativa já existente na região, destinando recursos financeiros para a prática de atividades que completassem com a ação educacional.

Com o êxodo rural muitas pessoas foram morar nas periferias urbanas, resultando na formação de novos bairros, mas que não tinham infraestrutura dos serviços básicos de saúde e de educação. Com este crescimento de forma acelerada, os acontecimentos se somaram com a construção da hidrelétrica de Itaipu, provocando reflexos do aumento de grande contingente populacional especialmente nos municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo.

O fluxo migratório para a região tem como origem os Estados vizinhos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do próprio Estado do Paraná e em menor escala os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse fato se explica por ser o extremo Oeste, do ponto de vista econômico, extensão e transposição das práticas agrícolas de ocupação recente, que absorve a população rural de outras regiões, do Paraná e dos Estados do Sul (MEC/OEA, 1982, p.06).



Diante do processo de urbanização do município de Cascavel e cidades vizinhas, como meio de se subsidiar o projeto foi realizado um diagnóstico socioeconômico e de educação de basicamente toda a região para a elaboração de um novo plano educacional. Priorizou-se quatro pontos considerados emergenciais: a defasagem (aluno, série, idade), a evasão escolar, problemas de saúde e alimentação e a falta de preparo adequado nos recursos humanos da educação:

A intervenção na área da alfabetização na região do Paraná tem sua origem em problemas levantados pelo diagnóstico Sócio - Econômico - Educacional em três municípios piloto da região, sendo Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. O programa iniciou com o treinamento de Professores Alfabetizadores de zona rural, não habilitados e de classes multisseriadas, em 1976 no município de Toledo, onde os índices de reprovação na 1ª série eram superiores a 50% (MEC/OEA, 1982, p.01).

As interferências educacionais ocorreram baseadas na realidade sócio-econômica de cada um dos países, mostrando uma atuação do projeto para o desenvolvimento e atendimento escolar que possibilitassem a conclusão em nível médio. Também realizando atividades especiais para a educação especial, dando formação para os professores em cursos específicos.

O projeto tinha a previsão de término para dezembro de 1982, na justificativa de que neste período suas atividades iriam melhorar a qualidade da educação. Havia consenso de que as ações desencadeadas pelo projeto não poderiam ser suspensas. Em agosto de 1980, foi criada a ASSOESTE (Associação Educacional do Oeste do Paraná) para dar a continuidade ao trabalho do Projeto MEC/OEA ampliando a organização e aprimorando suas metodologias, como suporte educacional aos municípios da microrregião do Oeste do Paraná.

Conforme os documentos chamados de 'Diagnósticos', a intencionalidade do projeto apresentava-se basicamente na formação do aluno e de amparar a demanda educacional existente. Os documentos guias relatam todas as atividades contempladas durante o projeto, registrando notas fiscais da compra de materiais e até ofícios para a contratação de profissionais na atuação no projeto.



Os livros de presença dos alunos e os livros de atendimento médico e odontológico trazem dados quantitativos, mostrando a dimensão que abrangia o trabalho. Os relatórios administrativos trazem dados importantes sobre o funcionamento e as mudanças que ocorriam no período, assim como também os cursos de especializações ofertados para melhorar a qualidade da educação.

CONCLUSÕES

Por meio das questões levantadas, percebemos a responsabilidade em termos de preservar os documentos de maneira adequada. Assim, com a formação de alguns conceitos teóricos foi possível dar o andamento na pesquisa, uma vez que a preservação da memória histórica se amplia conforme o conhecimento em manter os arquivos e fontes em condições adequadas de conservação.

As análises realizadas junto aos documentos permitiram a compreensão de como se constituiu a escola pública e o processo de atividades desenvolvidas pelo projeto MEC/OEA que interferiram na formação educacional regional, em consonância com a expansão das relações capitalistas

Na educação em seu processo de construção entendemos que é preciso que se tenha não só a compreensão do conhecimento científico e suas particularidades como também conhecer a realidade social em que se está, suas transformações e significações para o processo de aprendizagem.

No período do regime militar, com interesses americanos consolidados no Brasil para a atuação de acordo com as exigências capitalistas, percebemos que o desempenho praticado pelo projeto MEC/OEA exerceu influência no desenvolvimento da escola pública na região.

Finalmente podemos refletir sobre a história da escola pública na região oeste do Paraná, como uma construção de interferências políticas e econômicas, buscando atender o desenvolvimento da região e as necessidades da sociedade capitalista. Percebendo que o projeto MEC/OEA como um instrumento pautado pelas ações



pedagógicas nas escolas e na formação de professores, pôde ser um dos elementos que fundamentou esta produção.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ALVES, Gilberto Luis. A produção da escola pública contemporânea. **Campo Grande/Campinas: UFMS/Autores Associados, 2001.**
- ARAPIRACA, José Oliveira. A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. **Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979 (dissertação de mestrado).**
- EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento do Oeste do Paraná e a construção da escola**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1991 (Dissertação de Mestrado).
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva: Um (re) Exame das Relações entre Educação e Estrutura Econômico-Social Capitalista. **São Paulo: Autores Associados, 1984.**
- GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 - 1985)**. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, 1994.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2007.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MEC/OEA. **Comunicação da Experiência de Alfabetização do Oeste do Paraná: Modelo 'Erasmus Pilotto'**. ASSOESTE, Cascavel, PR - Ed. Educativa, 1982.
- MEC/OEA. **Programa Regional de Desenvolvimento Educacional**. Documento de Consulta: Projeto Especial Multinacional de Educação Brasil - Paraguai - Uruguai 19. Organização dos Estados Americanos. Resolução de Mar del Plata. Criação do Projeto 19, 1974.
- MEC/OEA. **Relatório Final**. ASSOESTE, Cascavel, PR - Ed. Educativa, 1983.
- MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 19ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ - 28 ed: Editora Vozes, 2003.
- SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.